



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
ESCOLA DE EDUCAÇÃO – PEDAGOGIA

**APRECIÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DE MATERIAL
DIDÁTICO ADEQUADO
PARA A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS**

ALUNA: ANA GUMERCINDA CLÁUDIA SIMÕES KANASHIRO

ORIENTADORA: ANTÔNIA PINCANO

RIO DE JANEIRO
JULHO/2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
ESCOLA DE EDUCAÇÃO – PEDAGOGIA

**APRECIÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DE MATERIAL
DIDÁTICO ADEQUADO
PARA A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS**

Monografia elaborada pela acadêmica Ana Gumercinda Cláudia Simões Kanashiro como requisito para a conclusão do Curso de graduação de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro sob a orientação da Professora Ms. Antônia Pincano.

RIO DE JANEIRO
JULHO/2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAL – CCH
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:
PROF.^a MALVINA TANIA TUTTMAN

DECANO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS:
PROF.^a JULIA BELESSE DA SILVA LINS

DIRETORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO:
PROF.^a JANAÍNA SPECHT DA SILVA MENESES

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA:
PROF.^a CLÁUDIA DE OLIVEIRA FERNANDES

PROFESSORA DE MONOGRAFIA II:
PROF.^a JANAÍNA SPECHT DA SILVA MENESES

AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai Celestial e seu filho Jesus Cristo, a quem sou eternamente grata pela vida que me deram.

A minha querida mãe, Luciana Conceição Simões. Minha fonte inspiradora. A pessoa que me deu educação, carinho e amor incondicional.

A todos os meus familiares. Meus lindos irmãozinhos, que amo tanto: Dalva, Altamiro, Rosana, Cláudio e Luciana Simões. Bons exemplos que me acompanham e apóiam sempre.

Ao meu marido eterno, Samuel Joske Kanashiro por todo apoio, dedicação, paciência e colaboração durante o período de estudo e leitura para a elaboração deste trabalho.

A todas as minhas amigas da faculdade e da vida, que me ajudaram e apoiaram com incentivo, dicas, sugestões e carinho: Em especial as queridas Ana Cláudia Conceição dos Santos, Renata de Oliveira Rosa e Katarina Echaniz Morais.

A minha querida professora Tunica, por toda ajuda e paciência durante a elaboração deste trabalho acadêmico.

“Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de *aprender*. Por isso, somos os únicos em quem *aprender* é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a *lição dada*. Aprender para nós é *construir*, reconstruir, *constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (FREIRE, 1996. *Pedagogia da Autonomia*. p.69).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar o resultado de um estudo sobre a importância e o uso de material didático na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nessa direção, foi realizada pesquisa bibliográfica com base em: Chartier, Fazenda, Freire, Japiassu, que entre outros autores nos ajudam a compreender como ocorre o aprendizado quando o material didático é criado pensando no público que o utilizará. Destaca-se também neste estudo, a importância da educação crítica como instrumento fundamental para análise de materiais de EJA. Por intermédio dos referenciais teóricos escolhidos foi possível apontar caminho onde os(as) educandos(as) tenham a oportunidade de ampliar seus conhecimentos observando/afastando os elementos alienantes que interferem em seu progresso educativo.

Palavras-Chaves: Educação de Jovens e Adultos - Material Didático para Jovens e Adultos - Educação Libertadora.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. BREVE HISTÓRICO DA ESCRITA	14
3. A INTERDISCIPLINARIDADE	20
4. A INTERAÇÃO	27
5. GÊNEROS USADOS EM MATERIAL DE EJA	31
6. DISCURSO DOS LIVROS DE EJA	43
7. O USO DO MATERIAL DIDÁTICO EM SALA DE AULA	47
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
9. REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, faz de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos animais ou do cultivo das plantas. (FREIRE, 1996. Pedagogia da Autonomia, p.69).

A partir da década de 30, a educação básica de adultos começou a escrever sua história no Brasil. De acordo com Vera Maria Masagão Ribeiro (2001), foi também neste período, que se iniciou o processo de estabilização da educação elementar básica gratuita em nosso país. Neste momento, a economia brasileira passava por bruscas transformações devido à era da industrialização e a concentração populacional nos centros urbanos das grandes metrópoles.

O Governo Federal traçou diretrizes educacionais para todo o país determinando, com isso, as responsabilidades do Estado e do Município. Tal movimento incluiu esforços para que houvesse extensão do ensino elementar aos adultos, especialmente nos anos 40.

Em 1945, teve fim a ditadura de Getúlio Vargas e o país vivia a efervescência política da redemocratização. Era urgente que se aumentassem as bases eleitorais para a sustentação do governo central. Assim, intensificou-se a preocupação geral com a educação elementar comum para jovens e adultos.

Em 1947, foi organizada a campanha que previa a alfabetização de adultos em apenas três meses. Sob a direção do professor Lourenço Filho, a campanha conseguiu resultados significativos, articulando e ampliando os serviços já existentes e estendendo-os às diversas regiões do país. Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. O clima de entusiasmo começou a diminuir na década de 50; um dos motivos foi porque iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década. Ainda assim, sobreviveu a rede de ensino supletivo por meio dela implantada, assumida pelos Estados e Municípios.

Neste período, o(a) adulto(a) era visto(a) como analfabeto(a), incapaz e marginal. Era considerado(a) a causa e não o efeito da situação econômica, social e cultural do país. No entanto, aos poucos, essa idéia preconceituosa tem sido desmistificada.

Na campanha de 1947, foi feito o primeiro material didático específico para o ensino da leitura e da escrita especificamente para adultos, chamado "*Primeiro Guia para Leitura*". Este guia foi distribuído em larga escala para todas as escolas supletivas da rede pública. A metodologia tinha como recurso a memorização.

Não demorou muito para que tal metodologia fosse criticada. Em 1950, foi denunciado publicamente o caráter superficial do aprendizado, assim como a inadequação para a população adulta e para as diferentes regiões do país.

Todas essas críticas convergiram para que houvesse uma nova visão sobre a questão do analfabetismo e foi necessário quebrar paradigmas com o intuito de se elaborar uma metodologia que considerasse como um dos seus fundamentos a vivência do(a) educando(a).

No início dos anos 60, o referencial principal pedagógico para a educação de jovens e adultos foi o educador pernambucano Paulo Freire (1921–1997). Seu pensamento sobre a educação, suas idéias pedagógicas foram e são a inspiração para os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram e realizam no Brasil.

Paulo Freire denunciou, durante toda sua vida e obra, a grave divisão de classes que existe em nossa sociedade, manifestando sua indignação sobre o privilégio de poucos como impeditivo para que a maioria tenha direito aos bens produzidos.

O analfabetismo, antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. Era essencial que o processo educativo interferisse na estrutura social que causava o analfabetismo. Para tal, a alfabetização de adultos deveria sempre partir de uma reflexão

crítica da realidade dos(as) educandos(as), identificando as origens do problema e conseqüentemente as possibilidades para superá-lo e/ou resolvê-lo.

O comprometimento profissional ético era e é essencial para este processo. Caberia ao(a) educador(a) respeitar os(as) cidadãos(ãs) como homens e mulheres produtivos dotados de cultura. O(a) educando(a) é o agente do seu processo de aprendizagem.

Tudo caminhava em direção a uma educação promissora. No entanto, em 1964, com o golpe militar, os programas de educação popular foram vistos como uma ameaça a ordem. Seus produtores foram duramente reprimidos. A partir disso, surge o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que foi uma maneira imposta pelo Governo Militar para que assim pudesse controlar melhor a alfabetização dos adultos. Este programa era vazio de conhecimento crítico e/ou problematizador.

Apesar do MOBRAL ter sido o projeto apoiado pelo Governo da ditadura militar, ainda havia pessoas engajadas em prosseguir no projeto de Paulo Freire. Eram movimentos populares que se organizavam em oposição à ditadura. No final da década de 70 e início da década de 80 este grupo vai se tornando cada vez maior, talvez tal persistência fez com que o MOBRAL fosse extinto em 1985.

As dificuldades na prática de uma educação adequada para jovens e adultos geraram reflexão e ao mesmo tempo apontavam novas pistas. Uma delas é a utilização de material didático adequado para alunos(as) adultos(as).

Partindo desta procura sobre os materiais didáticos adequados para a Educação de Jovens e Adultos, surgiu meu interesse de conhecê-los e verificar como os mesmos são utilizados com os(as) educandos(as). Para tal, foram necessários, no decorrer dos muitos estágios de observação realizados ao longo da minha formação acadêmica para graduação no curso de Pedagogia, analisar, ponderar e refletir sobre os mesmos, sua adequabilidade, a

questão do reaproveitamento do material usado na Educação Infantil e como o(a) professor(a) utiliza este recurso durante suas aulas.

Na escola em que os estágios foram feitos, num CIEP da zona sul do Rio de Janeiro, todos(as) os(as) professores(as) que lecionavam à noite também lecionavam durante o dia para as crianças, inclusive a professora da turma observada. Devido a isso, este “reaproveitamento” de material didático era algo corriqueiro e muitas vezes naturalizado pelos(as) educadores(as) e direção do Colégio. Por várias vezes os(as) alunos(as) alfabetizando(as) aprendiam palavras que não faziam parte do seu cotidiano como adultos(as) e jovens. Tal atitude é explicitada através do fragmento de Paulo Freire:

Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como *paciente* da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. É precisamente por causa desta habilidade de *apreender* a substantividade do objeto que nos é possível reconstruir um mau aprendizado, o em que o aprendiz foi puro paciente da transferência do conhecimento feita pelo educador. (1996.p.69)

Com base nessas reflexões, elaborei a organização deste trabalho que está dividida em seis capítulos: No primeiro capítulo, considerei necessário fazer um breve histórico da escrita, desde a escrita pictográfica até o uso do teclado do computador buscando compreender as transformações que envolvem o processo de aprendizagem.

No capítulo dois, intitulado “A Interdisciplinaridade”, destaquei a importância teórica dessas reflexões evidenciando o papel que desempenham na conquista da leitura e da escrita. Correlacionar disciplinas, inserir assuntos atuais intercalando com o conteúdo programático desperta nos(as) alunos(as) um grande interesse em aprender. A curiosidade é aguçada e isso aumenta o potencial que tem de apreensão do conhecimento.

Já no capítulo três, foi interessante relatar os casos de interação observados durante o estágio. Além de ser riquíssimo no que se refere à possibilidade de compreender o ato educativo, é algo que contribuiu muito para que fossem observadas como as relações sociais

são construídas, assim como a cooperação mútua, o carinho, o respeito e a dedicação. Todos esses são fatores que também auxiliam a um pleno desenvolvimento educacional.

No penúltimo capítulo foram observados os gêneros usados em material de jovens e adultos(as). Quais são os gêneros que poderão ser utilizados, assim como os que os(as) alunos(as) mais se identificam. Para tal, foi necessário classificar, descrever e exemplificar cada um deles assim como suas muitas possibilidades de serem usados na alfabetização.

No último capítulo, foi analisado o uso do material didático na sala de aula. A questão do(a) professor(a) receber “treinamento”(grifos nossos) para a utilização do mesmo, de que forma é usado este material, até que ponto desperta a atenção do(a) aluno(a) em decodificar seu código e sua relação entre os exemplos contidos no material didático, assim como os exercícios propostas e sua relação com a vivência do(a) educando(a).

(...) Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 1996. Pedagogia da Autonomia, p.39)

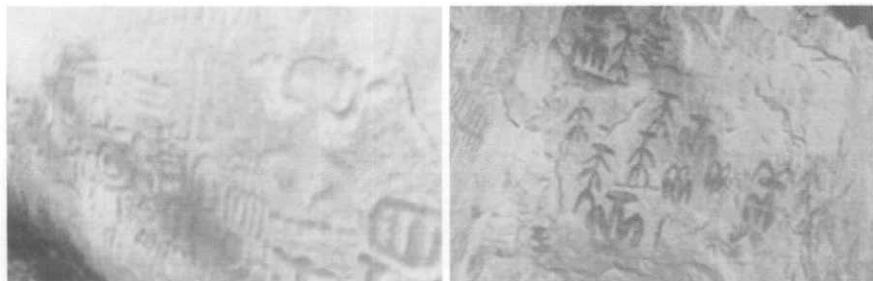
Todas essas análises contribuíram para fortalecer o que há muito já é sabido: que os jovens e adultos(as), possuem uma vivência de mundo muito consolidada e valiosa e que é importante valorizar suas experiências de vida e nada melhor que tomá-las como exemplo dentro de sala de aula. Aulas que falem sobre trabalho/desemprego, carteira de identidade, a importância da política, os preços dos produtos, etc., são muito mais produtivas e interessantes para os jovens e adultos(as) do que as que falam sobre nomes de brinquedos, historinhas em quadrinhos, entre outras.

O conhecimento, claro, deve ser amplo, mas a prioridade é trabalhar com materiais que fazem parte do seu cotidiano. É muito mais prazeroso, aprender, sentindo-se motivado(a) a frequentar a sala de aula e principalmente a permanecer nela. Para tal, o(a) educador(a) precisa conhecer diferentes metodologias e com isso inovar dentro da sala de aula, tornando

as aulas mais produtivas, significativas e fecundas tanto para ele(a), educador(a), como para eles(as), educandos(as). Creio firmemente que é preciso reconhecer e avaliar o ponto de vista dos(as) educandos(as) assim como ter o desejo de conversar consigo mesmo(a) sobre sua prática pedagógica, e acima de tudo, manifestar o interesse de mudar já que:

(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula, devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 1996. p.47)

2. BREVE HISTÓRICO DA ESCRITA



Escrita Pictográfica

Fonte: http://www.webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/modulo5/e1_assuntos_a1.html

A escrita pictográfica (representação de objetos através de figuras) surgiu, aproximadamente, em 4.000 A.C, na Mesopotâmia, região do continente asiático, com o ser humano primitivo. O mesmo começou a fazer registros desenhados nas paredes das cavernas. Este foi um caminho fundamental, segundo Peter Burke (1992), para que, posteriormente, fosse criada a escrita alfabética, a qual é usada até hoje.

A fase pictográfica foi caracterizada por uma escrita bem simplificada dos objetos que faziam parte da realidade. Estes desenhos são vistos nas inscrições astecas¹ presentes em cavernas ou nas cavernas do noroeste do Brasil.

Durante milhares de anos, a humanidade sentia o desejo de registrar informações. Dessa necessidade, foram feitas várias tentativas de construir progressivamente um sistema de representação.

Tempos depois da escrita pictográfica, surgiu a escrita ideográfica. Um pouco mais complexa. Não utilizava apenas rabiscos ou figuras que representavam as imagens que se queria mostrar, mas sim uma figura ou imagem que representava uma idéia ou um conjunto de idéias. Para que o significado pudesse ser compreendido, os(as) leitores(as) precisariam conhecer aquela cultura. Da escrita chinesa, de acordo com Peter Burker (1992), proveio a japonesa a qual teve origem na escrita ideográfica. Posteriormente, são acrescentados símbolos fonéticos, sem ainda nenhuma vogal a esta estrutura, a qual é denominada: fonética.

¹**Astecas:** Os astecas (1325 até 1521) foram uma civilização mesoamericana, pré-colombiana, que floresceu principalmente entre os séculos XIV e XVI, no território correspondente ao atual México.



Escrita Ideográfica

Fonte: http://www.webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/modulo5/e1_assuntos_a1.html

Posteriormente houve o surgimento dos silabários (conjunto de sinais específicos para representar as sílabas). Os sinais representavam sílabas inteiras em vez de letras individuais.

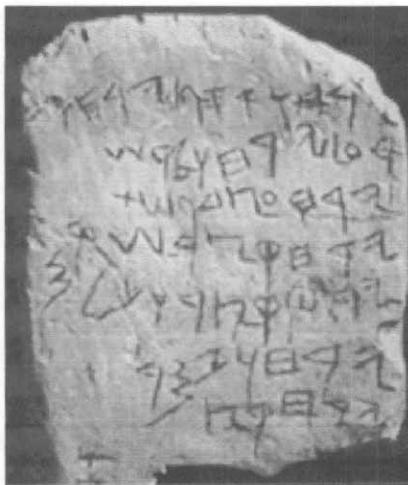
Os fenícios² criaram um sistema reduzido de caracteres que representavam o som consonantal. Característica das línguas semíticas encontradas hoje na escrita árabe e hebraica.

Os gregos, por sua vez, adaptaram a escrita fenícia incluindo vogais e criando assim a escrita alfabética³.

Os romanos adaptaram a escrita grega constituindo assim o alfabeto greco-romano. Este sistema representa o menor inventário de símbolos que permitem uma combinação imensurável de caracteres. Pode-se representar a fala em unidades menores que a sílaba.

²**Fenícia:** foi um antigo reino cujo centro se situava na planície costeira do que é hoje o Líbano, no Mediterrâneo oriental. Esta civilização desenvolveu-se entre os séculos X e V a.C., estabelecendo colônias em todo o norte de África e sul da Europa.

³**Alfabeto:** palavra derivada de *alfa* e *beta*, as duas primeiras letras do alfabeto grego.



Escrita Alfabética

Fonte: http://www.webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/modulo5/el_assuntos_a1-4.html

Além da forma, a direção da escrita é um fator a considerar de diferenciação. No Japão e na China, a escrita é feita da direita para a esquerda em colunas. Os árabes escrevem da direita para a esquerda, porém em linhas de cima para baixo.

A escrita é uma forma de se manter viva a memória cultural, artística, política, religiosa e social de um povo. Possibilita a reflexão, a expressão e transmissão de conhecimento. Nesse sentido, com a invenção do livro e principalmente da imprensa houve a oportunidade da informação sair do domínio de poucos para o conhecimento do público em geral.

Para Peter Burkert (1992), os primeiros livros surgiram na Mesopotâmia, há aproximadamente cinco mil anos. Eram feitos de barro, como se fossem pequenas lajotas, com formas variadas: arredondadas, quadradas, ovais ou retangulares. Possuíam numeração para facilitar a consulta.

Cada povo escrevia seus livros utilizando materiais variados. Alguns faziam o uso de barro, madeira, metal, osso, bambu, lâminas ou placas separadas, tecido, papiro, couro e entrecasca de árvores.

Assim como os pergaminhos (feito com couro cru e esticado) usados na Mesopotâmia, possibilitavam a arte de escrever e apagar, hoje se usa o papel juntamente com o lápis e a borracha e o teclado do computador:

Isso também ocorre, na Idade Moderna, com outras “tabuletas” compostas de pequenas superfícies recobertas por uma camada de material que permite apagar o que estava escrito e anotar, no mesmo instante, sem pena nem tinta, mas com estilete de metal ou plástico resistente, um desenho ou um pensamento, uma fala, alguns versos ou uma carta. (CHARTIER. Roger. Inscrever e Apagar- Cultura Escrita e Literatura – p. 19).

Os primeiros escritores eram conhecidos como escribas, que ocupavam uma posição de destaque na sociedade. Frequentavam cursos superiores. No Egito, agiam como ponte de comunicação entre os faraós, os sacerdotes e o povo. Na Idade Média tornaram-se fonte de referência das leis e doutrina que regiam a época.

Ainda hoje, saber ler e escrever são uma forma de obter *status* na sociedade. Para o(a) aluno(a) da EJA, não ter esse conhecimento o(a) coloca em posição à margem da sociedade letrada, da qual são excluídos por não saberem os princípios da leitura e da escrita de sua própria língua. Daí a tentativa de camuflagem do que para muitos é um defeito, uma vergonha:

Antes não sabia nem o que era um “A”, tudo tinha que perguntar. É chato os outros saberem que não sei ler. Daí às vezes dizia que estava sem óculos e que não sabia o que estava escrito porque não estou enxergando. (ALUNO 2)

Na época atual, a escrita da Língua Portuguesa também tem grande importância para o desenvolvimento tecnológico digitalizado. Mas se por um lado, esta importância apresenta um prestígio, por outro, traz conseqüências desfavoráveis. Em relação ao prestígio é Borges⁴ (1977) quem lembra que sua origem insere-se no ramo itálico, resultante de uma longa transformação, durante séculos, de outra língua perfeita, que era o Latim, e, portanto poderia ser pensada como um idioma universal.

⁴BORGES: Jorge Luis. El libro. In: Borges oral. Madri: Alianza Editorial, 1998, p.9-23.

Entretanto, a utopia de se ter um idioma universal, torna-se cada vez mais ultrapassada já que o mundo está formado por uma irreduzível diversidade de lugares, coisas, indivíduos e línguas. Almejar um mundo sem diferenças, sem inquietudes, com igualdade plena torna o mundo morto, um mundo sem passado e sem memória. Logo,

O retorno à unidade lingüística significa, assim, a perda da história, o desaparecimento das identidades, e finalmente a destruição aprovada. (CHARTIER, Roger. Os desafios da Escrita, p.14 & 15).

Na atualidade, o texto eletrônico (anos 90, final do século XX) é particularmente voltado para as línguas formais que buscavam uma linguagem simbólica capaz de representar adequadamente os procedimentos do pensamento.

Condorcet, 1988, chamava a atenção para “*a necessidade de uma língua comum, apta a formalizar as operações do entendimento e os raciocínios lógicos e que fosse traduzível a cada língua particular*”. Neste sentido, um meio para concretizar essa idéia, seria a utilização dos *emoticons*, que são símbolos universais que demonstram a todos(as), independente de seu idioma os sentimentos e expressões que os mesmos expressam. É sabido, apenas olhando o desenho que estes podem ser representados por expressões do tipo: tristeza, doença, cansaço, felicidade, paixão, irritação, etc. Para fazê-los, usam-se os desenhos pictográficos do teclado do computador, através de parênteses, ponto e vírgula, entre outros, formando carinhas com expressões faciais. Por meio dessas expressões não verbais fica possível concluir a comunicação universal das emoções e o sentido do discurso.

Toda essa tecnologia e diversidade escritural requer um processo de acompanhamento do(a) professor(a), ou seja, o(a) mesmo(a) necessita estar atento(a) a todas essas transformações, uma vez que, seus alunos e alunas, como seres participantes do mundo tecnológico precisam compreender melhor o mundo significativo desses símbolos para que assim possam sentirem-se inseridos na era digital. A questão é fácil de ser praticada se houver

investimento e qualificação dos(as) trabalhadores(asa), especialmente aqueles que trabalham com jovens e adultos.

Seria bom se tivesse *aula de computação* aqui na escola. Eu, por exemplo, deixei de conseguir um trabalho, pois não sabia mexer no computador. (Aluno 4)

Reconheço que não estaria pronta para ensinar informática aos alunos, sem um curso de qualificação. O Governo não proporciona curso de especialização nesta área e também diz não haver verba para investir nos aparatos tecnológicos. (Professora R)

3. A INTERDISCIPLINARIDADE

Ao refletir sobre a questão anterior (a importância da informática integrada ao currículo de EJA) torna-se indispensável observar que se necessita aprender conceitos e relacioná-los de forma que possam expressar múltiplas vinculações com a realidade. Sobre esse prisma, o caminho que promove relações dinâmicas, oportuniza o diálogo, reconstitui conhecimentos já construídos ou em construção, é a interdisciplinaridade.

A atitude interdisciplinar nos ajuda a viver o drama da incerteza e da insegurança. Possibilita-nos darmos um passo no processo de libertação do mito do porto seguro. Sabemos o quanto é doloroso descobrirmos os limites de nosso pensamento, mas é preciso que façamos. (Hilton Japiassú, 1976).

Para Ivani Fazenda (1994), a interdisciplinaridade surgiu no século XX, em meados da década de 60. Este período foi marcado pelos movimentos estudantis. Dentre outras reivindicações, o movimento estudantil solicitava um ensino mais sincronizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica que envolvia a sociedade.

A interdisciplinaridade teria sido uma resposta a tal reivindicação, uma vez que os problemas que assolavam esta década não poderiam ser debatidos e até mesmo resolvidos por apenas uma disciplina ou uma área do saber. Era necessário um conhecimento panorâmico do assunto e para tal, o uso de várias áreas do conhecimento era fundamental para uma consolidação e possível resolução do mesmo.

Os primeiros conceitos sobre interdisciplinaridade chegaram ao Brasil no final da década de 60, mas, logo ganhou espaço exercendo influência na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº. 5.692/71. A partir daí, intensifica-se a presença do conceito interdisciplinar no projeto político pedagógico. O que é comprovado através da nova LDB:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (Art. 1º. LDB Nº 5692/71)

O principal objetivo da interdisciplinaridade é não fragmentar o conhecimento e sim expandi-lo, proporcionando aos(as) educandos(as) e educadores(as) uma visão ampla de vários conhecimentos que os(as) envolvem cotidianamente.

A interdisciplinaridade, de acordo com Fazenda (1994), pressupõe uma atitude de abertura, não preconceituosa, na qual todo o conhecimento é igualmente importante, onde o conhecimento individual amplia-se frente ao saber universal. É também uma atitude coerente, sendo que é na opinião crítica do outro que se fundamenta a opinião particular, supondo uma postura única, engajada e comprometida frente aos fatos da realidade educacional e pedagógica.

Segundo os PCNs, 2002:

A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve **partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários.** (BRASIL, 2002, p. 88-89, grifo do autor)

A interação entre as diversas áreas do saber, denominada interdisciplinaridade, pode acontecer em níveis de complexidade diferentes: Interdisciplinaridade heterogênia, Pseudo-interdisciplinaridade, Interdisciplinaridade auxiliar, Interdisciplinaridade Compósita e Interdisciplinaridade Unificada. Entretanto, considerando que não se pretende esgotar o assunto e sim contribuir para um aprofundamento teórico que dê um estatuto ou conceito ao estudo apresentado, foram escolhidas três categorias:

► **Interdisciplinaridade auxiliar:** Consiste, essencialmente, no fato de uma disciplina tomar de empréstimo a outra seus métodos ou seus procedimentos. Como exemplo, há a Pedagogia, que muitas vezes necessita recorrer a Psicologia para empregar seus métodos.

► **Interdisciplinaridade Compósita:** Ganha maior ênfase quando se trata de resolver os grandes e complexos problemas colocados na sociedade atual: guerra, fome, delinquência, poluição, epidemias, entre outros. Baseia-se na reunião de várias especialidades para encontrar soluções técnicas tendo em vista a resolução destes problemas.

► **Interdisciplinaridade Unificada:** Procede a uma coerência estreita dos domínios de estudo das disciplinas, havendo certa integração de seus níveis de integração teórica e dos métodos correspondentes. É o que ocorre, por exemplo, com a matéria denominada Biofísica, que nada mais é do que a junção de alguns elementos da Física com outros da Biologia. Para Japiassú (1976), este é um exemplo legítimo de interdisciplinaridade, no entanto como ele mesmo afirma só se consegue alcançar com pesquisa científica.

Não há dúvidas, que o(a) educador(a) que compreender a importância de uma atitude interdisciplinar levará para dentro de sala de aula uma oportunidade para que aja a integração entre disciplinas / áreas do conhecimento diversas que ao mesmo tempo assemelham-se entre si. A postura pedagógica interdisciplinar, principalmente na educação de EJA, é fundamental para a ampliação da capacidade intelectual dos jovens e adultos(as). A relação entre experiência de vida, de problemas atuais, a história de nossa cultura, o significado das diferenças sociais no país e no mundo, a diversidade cultural, por exemplo, servem como uma gama de oportunidades para enfim haver uma contribuição social de questionamento e ação. Compreender, através do diálogo e auxiliar na compreensão de, porque muitos(as) alunos(as) não estudam na escola, não aprendem temas escolares, escondem-se na indiferença ou desistem de estudar assumindo o fracasso como se fossem apenas de sua responsabilidade. À medida que se conhece o problema, se tem mais facilidade de se chegar à solução do mesmo.

A riqueza da interdisciplinaridade vai além do campo epistemológico, teórico, metodológico e didático, este é o ponto defendido por Fazenda (1994), no qual fala da atitude interdisciplinar de um(a) professor(a):

Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida. (FAZENDA, 1994, p. 82)

Para Fazenda (1994), a atitude interdisciplinar transcende o espaço epistemológico, sendo incorporada aos valores e atitudes humanas que compõem o perfil profissional/pessoal do professor interdisciplinar:

Numa sala de aula interdisciplinar, a autoridade é conquistada, enquanto na outra é simplesmente outorgada. Numa sala de aula interdisciplinar a obrigação é alternada pela satisfação; a arrogância, pela humildade; a solidão, pela cooperação; a especialização, pela generalidade; o grupo homogêneo, pelo heterogêneo; a reprodução, pela produção do conhecimento. [...] Numa sala de aula interdisciplinar, todos se percebem e gradativamente se tornam parceiros e, nela, a interdisciplinaridade pode ser aprendida e pode ser ensinada, o que pressupõe um ato de perceber-se interdisciplinar. [...] Outra característica observada é que o projeto interdisciplinar surge às vezes de um que já possui desenvolvida a atitude interdisciplinar e se contamina para os outros e para o grupo. [...] Para a realização de um projeto interdisciplinar existe a necessidade de um projeto inicial que seja suficientemente claro, coerente e detalhado, a fim de que as pessoas nele envolvidas sintam o desejo de fazer parte dele. (FAZENDA, 1994, p. 86-87).

O objetivo maior da comunidade pedagógica deveria ser encorajar os(as) educadores(as) a compreender o que é realmente uma atitude interdisciplinar assim como suas múltiplas possibilidades de levar a educação de diferentes formas e metodologias aos(as) alunos(as). Não há uma forma a ser seguida. O ponto de partida deverá estar relacionado com a vivência da instituição de ensino, de acordo com os(as) educandos(as), educadores(as),

comunidade, cotidiano, entre outros fatores. A estrada interdisciplinar deve ser trilhada com conscientização coletiva, com objetivos específicos e a luta comum para um aprendizado pleno e consciente.

Apesar de sua forte influência, ganhando espaço na legislação e nas propostas curriculares, estudos têm revelado que a interdisciplinaridade ainda é pouco conhecida. O conhecimento apropriado e o uso da mesma dentro de sala ainda são rudimentares. Como se pode comprovar com o conceito definido pela Professora R:

A interdisciplinaridade é um meio pelo qual se utilizam recursos variados para tornar as aulas mais interessantes. Por exemplo, recortes de jornal e revistas, com temas atuais que estão relacionados à vivência do aluno. O objetivo maior é despertar a atenção deste aluno para os problemas que o envolvem e talvez fazê-los ter a percepção de que podem ajudar.
(Professora R)

Na Educação de Jovens e Adultos(as), a proposta interdisciplinar deve transcender o espaço escolar em si. Ter como ponto de partida sua vivência, seu conhecimento adquirido ao longo da vida, sua visão de mundo, entre outros.

Valorizar o que para este(a) aluno(a) é mais importante de imediato, é o primeiro passo para o início do trabalho pedagógico. Por exemplo: se está inserido no mundo do trabalho, conhecer leis e deveres trabalhistas passa a ser prioridade maior do que simplesmente o ensino secular em si. Se estiver fora do mercado de trabalho, incentivá-lo a se qualificar e a compreender as relações sociais, econômicas e políticas que o fizeram ser excluído(a) dessa comunidade. O adulto tem um foco peculiar o que merece atenção redobrada. Infantilizar suas necessidades ou simplesmente ignorá-las colabora para que cada vez mais ele fique a margem da sociedade em que vive.

O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre outras pessoas. Com relação à inserção em situações de aprendizagem, essas peculiaridades da etapa de vida em que se encontra o adulto fazem com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades (em comparação à criança) e, provavelmente maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem. (OLIVEIRA, 2001, p.18)

É necessário compreender que o processo de aprendizagem acontece de forma diferenciada entre um adulto e uma criança. Daí a necessidade, que é tamanha, de fazer uma separação da metodologia quando se leciona para crianças e quando se leciona para pessoas adultas.

O uso de material adequado e até mesmo a forma como o(a) educador(a) se relaciona com este(a) aluno(a), seu jeito de falar, os exemplos que coloca no quadro, entre outros são de fundamental importância para um aprendizado comprometido com a transformação da realidade.

A charge a seguir, apresentada pela personagem Mafalda - heroína das histórias em quadrinhos escritas e desenhadas pelo cartunista argentino Quino - muito contribui para uma reflexão sobre a metodologia utilizada por alguns(as) educadores(as) no tocante da aula fazer sentido para a vida do(a) educando(a).



Fonte: <http://www.mafalda.net/pt/index.php>

O assunto interdisciplinaridade deve ser compreendido como uma questão antropológica, no sentido de impregnar e influenciar os comportamentos, ações e projetos pedagógicos. A interdisciplinaridade, para Fazenda (1994), transcende o espaço epistemológico sendo incorporada aos valores e atitudes humanas.

As possibilidades são muitas, quando se trata de interdisciplinaridade. Não há uma fórmula a seguir. As trilhas para esse processo devem ser traçadas de acordo com a equipe docente e discente de cada unidade escolar. O meio propício para tal, é o diálogo, a percepção, o desejo conjunto de mudança e de progresso. Através desses passos, já se estará trilhando um caminho e uma conduta interdisciplinar.

Entende-se que é o diálogo, a responsabilidade de uns com os outros e as relações de reciprocidade, é que garantem a existência humana.

5. GÊNEROS USADOS EM MATERIAL DE EJA

...[É necessário] utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso. (PCN, p. 32)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa, a partir de 1997/1998 adotaram o conceito de *gênero* em detrimento a *tipo* para o ensino de leitura e produção de textos orais e escritos.

A escolha de um gênero é determinada pela esfera social, pela necessidade da temática, conjunto dos participantes e intenção do(a) locutor(a). Mesmo sendo flexíveis, os gêneros têm certa estabilidade: definem o que pode ser dito, ou ao contrário, o que deve ser dito e também pode definir a escolha de um gênero.

“Ler é melhor que estudar”. Esta frase criada por Ziraldo faz-se refletir sobre as práticas ineficientes da escola em relação às práticas sociais significativas. Ou seja, não há ainda uma relação definida sobre o que se aprende na escola com o que se aprende na vida. Na verdade, o que ocorre é um distanciamento. Distanciamento este que faz com que haja a perda de interesse dos(as) educandos(as), principalmente jovens e adultos(as) de frequentarem o espaço escolar.

A característica acima descrita da escola pode passar por modificações desde que se utilize de forma adequada as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que propõem o respeito à pluralidade cultural do país. Um avanço nas políticas lingüísticas contra a desescolarização e em favor da cidadania crítica e consciente, na medida em que são preconizadas práticas e atividades escolares mais próximas das práticas sociais letradas e cidadãs. Nada mais é que articular vida e escola. Dessa forma, o estudo torna-se coerente, pertinente e conseqüentemente interessante.

Letramento é aqui considerado enquanto conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder. (Kleman, A. 1995: p.11)

O ambiente social é propício ao estabelecimento de interações freqüentes com os materiais de leitura e escrita. Até mesmo as pessoas que não são incluídas no contexto da leitura e da escrita, são atores e atrizes ativos(as) no mundo letrado do qual fazem parte. Para tal, utiliza-se de estratégias diversas de compreensão. Por exemplo, lêem o mundo pelas cores do qual fazem parte. Para saber qual refrigerante pedir ao *garçom* observam o rótulo do mesmo. É através do rótulo e da imagem que fazem a leitura e descobrem seu significado.

São diversas as práticas sociais de letramento, ler um jornal para se informar das notícias do dia, escrever uma receita, ler a promoção informada no *outdoor*, etc. Toda essa diversidade de gêneros textuais que se encontra na sociedade chega à escola como possibilidades de saberes a serem ampliados.

Compreende-se que as pessoas jovens e adultas que apresentam pouca escolaridade, não podem, jamais, serem denominadas como seres vazios de conhecimento. As experiências de vida, as práticas discursivas, os valores culturais, o contexto social em que vivem constituem as práticas letradas do mundo ao qual fazem parte. Suas relações com este mundo permitem seu aprendizado. Relações que todo(a) cidadão(ã) realiza no cotidiano, como pegar um ônibus, anotar uma receita, ler um sinal de trânsito, entre tantas outras.

Cozinhar é comigo mesmo. Adoro cozinhar! Mas quando minha filha me pergunta como fazer, eu digo que faço a base do *olhômetro*. Não sei ler receitas. Então, pego um bocado dali, um tanto daqui... e não é que sai gostoso? (Aluna 3)

Assim, a alfabetização é um processo de aquisição de códigos (alfabético numérico). E o letramento tem o compromisso de desenvolver a competência individual necessária para introduzir os sujeitos no mundo da escrita. Ou seja, aprender a saber utilizar a escrita em práticas letradas concretas e de circulação social.

Neste sentido, a alfabetização deve, também, além de trabalhar o conhecimento do alfabeto, fazê-lo sobre textos em gêneros de circulação concreta, importantes para a prática social ativa e cidadã dos(as) alunos(as): desde guiar-se por receitas e rótulos nas práticas cotidianas culinárias, até deleitar-se com um romance ou escrever uma carta a um jornal marcando posição. Nada impede que as práticas alfabetizadoras se dêem sobre textos interessantes e relevantes, ao invés de sobre frases descontextualizadas e às vezes inimagináveis, como o “girassol está na geleira”, somente porque estas apresentam determinada letra ou família silábica. Os textos apresentam todas as letras e os(as) professores(as) podem reorganizá-las sistemicamente para estudá-las com os(as) alunos(as), após lerem/escreverem coletivamente um texto. Nada impede a leitura – e o conhecimento – de uma receita para fazê-la ou transmiti-la a quem não a conhece, para depois os(s) alunos(as) conhecerem as letras e os sons parecidos ou iguais que aparecem em palavras como fubá, fino, farinha, forma, forno, fogo, fermento.

Juntar o conhecimento adquirido na escola com o adquirido com a experiência de vida, ou seja, interligar alfabetização e letramento é uma maneira adequada para que o(a) aluno(a) compreenda a utilidade da escrita e de sua circulação social, assim como suas finalidades e suas formas. Esse é um estímulo para que o(a) educando(a), da mesma forma que goste de estudar, goste de ler, pois ambos propiciam elementos significativos com os saberes universais.

Nesse sentido, analisar para conhecer os materiais de leitura que os jovens e adultos(as) fazem uso, em ambientes diversos, é um passo para se compreender como as práticas de letramento são escolarizadas no contexto diário escolar. Daí a necessidade, de acordo com FREIRE (1996), de que o(a) professor(a) seja também pesquisador(a). Pesquisador(a) no sentido amplo da palavra, no sentido de estar em permanente reflexão sobre a sua ação pedagógica:

(...) na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 1996. Pedagogia da Autonomia, p.39)

A ação reflexiva que deve ser uma constante na vida dos(as) educadores(as) reflete principalmente em despertar a atenção dos(as) educandos(as) para sua escolarização. Para isso, nada mais interessante, para jovens e adultos(as), que estarem em constante contato com as experiências que os(as) rodeiam diariamente, ou seja, com os assuntos pertinentes ao seu conhecimento habitual. O material didático é um fator que precisa estar atualizado com essas experiências.

Para muitos(as) educadores(as), pensar em material didático como suporte durante as aulas, é se remeter, quase que automaticamente, ao livro didático ou as cartilhas. Essa associação basicamente está relacionada à formação docente que o(a) educador(a) obteve ao longo de sua vida profissional. No entanto, material didático é muito mais do que um livro didático, até porque, de acordo com KRASILCHIK (1987) os livros didáticos servem mais aos interesses comerciais do que aos objetivos didático-pedagógicos e estes são “veículos explícitos ou implícitos de ideologias incoerentes com as propostas de mudanças”.

Partindo-se da hipótese de que os livros didáticos não se apresentam como a mais perfeita fonte de informações para pesquisas bibliográficas em Educação de Jovens e Adultos deve-se constatar a possibilidade de utilizar modalidades de textos que sinalizem ao(a) educando(a) as diferentes formas de se ler e escrever. Por exemplo, os textos literários que têm como preocupação a estética, isto é, criar um texto bonito. Por isso, o “como a coisa é dita” é tão ou mais importante que “o que está dito”. A leitura desses textos é dirigida pelo sentido estético e sua análise deve buscar desvendar os recursos utilizados pelo(a) autor(a) para produzir o belo e o extraordinário.

Por outro lado, encontram-se diversos tipos de textos narrativos na forma de prosa. Desde as pequenas fábulas e anedotas até as crônicas, contos e romances. A narrativa, nestes textos, pode ser elaborada através de descrições e diálogos. Sua configuração geral é marcada pela utilização de parágrafos (e capítulos, nas narrativas mais longas), que normalmente separam os diferentes momentos do enredo. O(a) autor(a) desse texto utiliza-se de recursos lingüísticos para marcar sua temporalidade, com expressões como *era uma vez*, *há muito tempo*, *de repente*, *em seguida*. A narrativa pode ser em primeira pessoa (quando o narrador é personagem da história) ou em terceira pessoa (quando não é personagem da história). O discurso direto é outro recurso freqüentemente utilizado nesses textos, reproduzindo as falas das personagens.

A poesia é a forma literária em que a beleza da linguagem é mais intensamente evidenciada. Sua configuração é diferente da prosa: normalmente há versos, estrofes e mais espaços em branco. É um texto para ser lido em voz alta, por causa de sua sonoridade. Poesias são excelentes textos para mostrar aos(as) alunos(as) a força da linguagem figurada, a beleza dos sons e do ritmo das palavras. Na poesia, há jogos de significados que se abrem a diferentes interpretações, provocam diferentes associações e emoções. Por ser um texto que pode dizer muito em poucas palavras, em que os sons das palavras são um fato marcante, a poesia é um texto excelente para ser trabalhado com alunos(as) em processo de alfabetização.

Já os textos instrucionais, são aqueles cuja função é regular ou indicar formas de agir. Eles descrevem etapas que devem ser seguidas para que se consiga fazer algo como preparar um bolo de aniversário, instalar uma geladeira ou evitar acidentes de trabalho. Nas receitas culinárias, há sempre dois tipos de informações básicas: o que usar (lista de ingredientes) e como usar (descrição das etapas do preparo). Em muitas, aparecem ainda outras informações importantes como o tempo de preparo e o número de pessoas que servem, além de ilustrações que complementam a descrição. Pode-se encontrar uma estrutura parecida também nas

receitas para preparação de materiais de construção ou de defensivos agrícolas. Também merecem estudos as receitas médicas, em que, ao lado de cada medicamento, há indicações de como deve ser utilizado. É importante que os(as) alunos(as) se familiarizem com a linguagem característica desses textos: numerais e abreviaturas que indicam as quantidades dos ingredientes, verbos de ação no infinitivo ou imperativo, as palavras que indicam como a ação deve ser processada (advérbios): *Mexa vagarosamente as gemas e a manteiga; Tomar dois comprimidos 2x ao dia*. Deve-se também atentar para a seqüência dos procedimentos indicados.

Regulamentos e normas são textos que aparecem freqüentemente em locais públicos e de trabalho, prescrevendo como agir em determinadas situações: “*Silêncio*”, “*Coloque o capacete*”, entre outros. Além de lê-los e compreendê-los, é interessante que os(as) alunos(as) se exercitem na formulação de normas acordadas pelo grupo, por exemplo, sobre o convívio na sala de aula ou a utilização de equipamentos e materiais educativos.

Há também, formulários e questionamentos que são textos instrucionais de um tipo particular, pois destinam-se à coleta de informações que devem ser prestadas por escrito, no próprio documento. Freqüentemente, os(as) educandos(as) entram em contato com os formulários quando precisam fazer solicitações, inscrições, pagamentos, preencher um currículo, transações bancárias, entre outros. Além de familiarizar os(as) alunos(as) com seu vocabulário característico (estado civil, nacionalidade, certificado de reservista etc.), é importante salientá-los(as) a observar a configuração do documento, como os campos que devem ser preenchidos ou não.

Os(as) alunos(as) devem se familiarizar ainda com os questionários com respostas de múltipla escolha, onde devem ler várias alternativas e escolher a que corresponda mais precisamente à pergunta. Este é o tipo mais freqüente de questionário utilizado, por exemplo, em pesquisas, grandes avaliações e concursos.

Sobre os textos epistolares (cartas), estes são da preferência dos jovens e adultos(as) que manifestam muito interesse em ler e escrever cartas. Muitos por não terem acesso aos meios eletrônicos têm a carta como único instrumento de comunicação. A característica principal das cartas é o fato do seu(sua) destinatário(a) ser uma pessoa específica. Geralmente as cartas seguem a um padrão: o cabeçalho traz o local, a data e o nome do destinatário; no corpo do texto se desenvolve o tema a ser tratado; no final há fórmulas de despedida e a assinatura do(a) remetente. Faz parte também da aprendizagem dessa modalidade de texto o preenchimento correto do envelope para postagem.

Os(as) alunos(as) devem observar a diferença entre as cartas pessoais e as cartas formais. Nas cartas para parentes e amigos(as), há grande liberdade para narrar acontecimentos, expressar sentimentos e desejos numa linguagem coloquial. Em cartas de solicitação de emprego, memorandos, petições etc., deve-se atentar mais rigorosamente às fórmulas e usar uma linguagem objetiva.

É importante citar o papel dos textos publicitários na vida de cada cidadão(ã). As mensagens publicitárias são elaboradas para convencer o(a) leitor(a) de algo e geralmente referem-se a mercadorias, eventos, serviços ou a temas de interesse público. Os(as) alunos(as) devem aprender a analisar a linguagem utilizada nesses textos, nos quais se costuma apelar para emoções, sensações, valores e crenças da população a que se dirigem. Também as ilustrações são normalmente bastante sugestivas. Mensagens publicitárias podem aparecer na forma de anúncios, folhetos e cartazes.

Diferentemente do citado anteriormente, os textos de informação científica e histórica são textos que definem, explicam, analisam, relatam e tecem comentários a respeito de temas investigados nas áreas das ciências sociais e naturais. São encontrados em enciclopédias, dicionários, revistas ou seções de revistas e jornais dedicadas à divulgação científica, livros didáticos e livros em geral. As principais qualidades lingüísticas desses textos são a clareza e

a precisão dos termos. Neles, podem-se encontrar descrições e análises de fatos ou processos, relatos de experimentos, narrativas históricas ou biográficas, definições e exemplificações. Esse é o tipo de texto menos freqüente no cotidiano extra-escolar e talvez o mais freqüente no ambiente escolar. São textos que se prestam para “estudar”. Por esse motivo, é interessante introduzir os(as) alunos(as) em estratégias de seleção e retenção de informações, tais como ler e reler parágrafo por parágrafo, sublinhar partes mais relevantes, tomar notas, fazer fichamentos, resumos etc.

Enquanto os textos de informação científica e históricos são freqüentemente adotados no ato de estudar os jornais e revistas podem ser excelentes instrumentos de exploração de assuntos de forma multidisciplinar dentro da escola. O(a) aluno(a) através do hábito da leitura fica ciente de todas as notícias que acontecem ao seu redor. O(a) professor(a), por sua vez, deve ter a sensibilidade de saber qual notícia está de acordo com a realidade do seu alunado e trazer para a sala de aula assuntos relacionados à vivência do(a) educando(a). Através da leitura, o(a) aluno(a) aprende a defender seus pontos de vista e a ampliar sua capacidade crítica.

Nos jornais encontram-se os diversos recursos visuais, diferentes tipos e tamanhos de letras, fotos, títulos, colunas, quadros, mapas, diagramas, tabelas e gráficos, cuja função é chamar a atenção do leitor, hierarquizar a importância dos assuntos, orientar a leitura, complementar a informação. É importante que os(as) alunos(as) se familiarizem com essa configuração dos jornais e por isso, é essencial levar para a sala de aula não apenas recortes de palavras ou textos, mas também exemplares completos. Os jornais possuem uma organização particular em razão da diversidade de assuntos que podem tratar; geralmente dividem-se em cadernos e seções.

A primeira página apresenta os temas mais importantes, com chamadas para notícias, reportagens, entrevistas e artigos de opinião. Nas revistas, o índice e as chamadas também aparecem nas páginas iniciais. A linguagem jornalística é também bastante característica: as notícias são narradas sempre em terceira pessoa, buscando expressar objetividade e imparcialidade.

Nos jornais e revistas encontram-se também artigos de opinião e editoriais, com os quais se podem estudar, com os(as) alunos(as), as características do texto dissertativo. Nestes textos, há a exposição e o confronto de idéias, conhecimentos, crenças e valores. Seus parágrafos normalmente obedecem a uma organização: introdução ao tema (para que o(a) leitor(a) saiba do que o autor(a) está falando), desenvolvimento (encadeamento de informações com relações de causa e efeito, análise, analogia, comparação e generalização) e conclusão.

É importante salientar, que para que o interesse seja unânime, o(a) educador(a) precisa trabalhar com notícias atuais, as que o(a) discente ouve e vê no jornal televisivo, ouve em conversas paralelas, nas filas de banco, nos supermercados, em casa, no trabalho, ou seja, o assunto atual. Fazer acompanhamento das matérias lidas também é um estímulo. O jornal é o caminho para que se amplie no(a) aluno(a), o desejo de ler, interpretar e se expressar. A leitura deste pode ser, sem dúvida, uma aula sobre cidadania. Uma das maneiras de incentivar o(a) educando(a) a ser cidadão(ã) e a conhecer os seus direitos, é expressando sua opinião, seus desejos, respeitando o próximo e a sociedade em que vive.

Formar um(a) leitor(a) que ajude a transformar a realidade supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos.

Trabalhar a interdisciplinaridade também é uma questão que pode ser feita através do jornal, com leitura de gráficos, encartes de promoção, etc. O uso de Matemática nos encartes de promoção é muito produtivo. Pode-se falar sobre os juros incluídos nas prestações e os descontos nos pagamentos à vista entre outros. Assim, como a Matemática, as demais disciplinas também poderão ser utilizadas de forma interdisciplinar.

O uso do material jornal como auxílio didático se torna mais produtivo, quando o(a) professor(a) conhece ou tem acesso à orientação para o desenvolvimento deste trabalho. Caberá ao(a) educador(a) sistematizar o uso dos mesmos dentro da sala de aula, fazer uma preparação prévia explicando os objetivos e despertando nos(as) alunos(as) a curiosidade sobre os temas. As reportagens expostas nos jornais é um estimulador ao diálogo entre as pessoas e conseqüentemente um formador de opinião. Por ter esse papel, de grande importância, é necessário que o(a) aluno(a) ao lê-lo tenha em mente que nem tudo que nele escrito está é verdade absoluta e que através do exercício da cidadania, ele(a), o(a) aluno(a), poderá argumentar, discordar e não ser apenas um(a) mero(a) receptor(a) pacífico(a) de informação, mas aquele(a) que lê, compreende, assimila e sabe separar o que não está de acordo com a realidade ou até mesmo uma informação infundada.

Em uma das aulas observadas, foi analisada a inclusão do jornal como material didático. A professora levou dois jornais de editoras diferentes com a mesma notícia. No jornal “O Globo” a manchete era: “Morre acusado de matar delegado”, já no jornal “Meia Hora” a mesma manchete era exposta desta forma: “Assassino de delegado já come capim pela raiz”. Foi pedido para que os(as) alunos(as) expusessem as diferenças entre uma notícia e outra. Desta forma, a professora trabalhou de maneira clara a diferença do gênero, utilizado para atingir um público alvo específico, com maior poder aquisitivo classe média alta e o gênero que ela, a professora, denominou como “povão” ou informal. Desse modo, a Professora R, analisou que a forma como se conversa em casa, com pessoas próximas, que em

geral é diferenciada da utilizada na escola, no trabalho, em lugares formais. Trata-se, portanto, de práticas sociais de uso da linguagem, que podem também ser vistas como atividades de linguagem (Schneuwly & Dolz, 1997).

Neste sentido, práticas de linguagem dizem respeito a uma noção de ordem social, que implica a inserção dos(as) interlocutores(as) em determinados contextos ou situações de produção, a partir dos quais, tendo a linguagem como mediadora, os agentes sociais estabelecem diferentes tipos de interação e de interlocução comunicativa, visando diferentes finalidades comunicativas e a partir de diversificados lugares enunciativos. Estes agentes sociais, por sua vez, dependem de suas experiências de vida, de seu conhecimento acumulado a respeito de tais práticas para poderem enunciar.

O desenvolvimento ou aprendizagem, assim vistos, são sempre um processo de apropriação das experiências acumuladas pela sociedade no curso de sua história (práticas sociais e atividades). A apropriação é, por sua vez, um processo de aprendizagem que conduz à interiorização de uma prática social.

As revistas são fontes de conhecimento sobre questões relacionadas a questionamentos mais atualizadas do que os livros didáticos, o que significa que determinados fatos de relevante interesse, estão presentes nos textos das revistas antes de serem abordados nos livros didáticos. Também abordam temas extremamente específicos, como doenças endêmicas, como é o caso da dengue, assuntos políticos, saúde e comportamentos, que são ou estão ausentes nos livros didáticos. Adotam uma abordagem interdisciplinar na forma de apresentação das reportagens, o que não ocorre com frequência entre os livros didáticos.

6. DISCURSO DOS LIVROS DE EJA

O Livro Didático é um enunciado que constitui um elo na cadeia de ‘comunicação verbal’ estabelecida por alunos e professores na sala de aula(...). (...) A análise das interações face a face que constituem o uso do livro didático pode ser fecunda para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. (MACEDO, Nunes. 2004 p. 18)

É meta prioritária do MEC (Ministério da Educação) oferecer a todos(as) os(as) brasileiros(as) de 15 anos ou mais a oportunidade de acesso a escola. Assim como aqueles(as) que foram excluídos(as) precocemente da mesma, de assegurar-lhes o ingresso, a permanência e a conclusão do ensino fundamental. E este ensino deverá ser de qualidade tanto no que diz respeito ao seu conteúdo quanto a sua forma.

Para tal, o MEC se uniu com alguns estados da federação, municípios e sociedade civil e organizada para que em conjunto implementassem ações para aumentar a oferta de ensino na modalidade da Educação Básica, recuperação e melhoria do ensino público gratuito e conseqüentemente valorização e qualificação do(a) professor(a). O apoio técnico e financeiro para elaboração e distribuição de material didático de qualidade para todos(as) os(as) alunos(as), foi um dos primeiros passos a trilhar.

Outro passo de grande importância foi à criação da “Coleção Cadernos de EJA” destinada para uso no Ensino Fundamental de jovens e adultos(as), da alfabetização até a 8ª série. Esta coleção segue as orientações curriculares do CNE (Conselho Nacional de Educação), organizando os componentes e conteúdos em torno de eixos temáticos e tem o trabalho como eixo geral integrador desses temas. Esta coleção tem por principal característica a flexibilidade. Ou seja, o(a) professor(a) não está “preso(a)” a este objeto de estudo. É permitido, ao(a) docente, elaborar seu planejamento, inserindo textos e atividades livremente. Tais atitudes enriquecem o processo ensino aprendizagem.

Além desta coleção, também está aberto aos(as) educadores(as) e educandos(as) o portal do MEC–EJA (www.mec.gov.br), o qual disponibiliza e apresenta os Cadernos de EJA.

Este contato eletrônico permite a troca de experiências e esclarecimentos de dúvidas em tempo real, assim como troca de experiências entre professores(as) e alunos(as) de diferentes regiões do Brasil.

O caderno destinado aos(as) alunos(as) é composto por uma coletânea de textos de leitura escolhidos com o objetivo de despertar e aumentar o desejo do(a) educando(a) pela aquisição de conhecimentos por meio da leitura e também da pesquisa. Dentre os textos que podem ser encontrados nesta coleção, destacam-se:

- Narrativas (contos/crônicas)
- Poemas
- Letras de músicas
- Páginas da web
- Manuais de orientação
- Notícias de jornais e revistas
- Reportagens
- Histórias em quadrinhos/charges
- Receitas culinárias
- Leis e normas
- Literatura de cordel

Um aspecto importante, é que estes cadernos podem ser estudados em sala de aula em qualquer ordem, uma vez que os mesmos são independentes. Da mesma forma, os textos no interior de cada caderno não definem uma seqüência obrigatória de utilização. O(a) professor(a) seleciona a seqüência em que os cadernos e os textos serão utilizados, com base nos assuntos que são mais relevantes para seus(suas) alunos(as) e com base na sua própria

programação. Cada um dos cadernos aborda um tema diferente. Abaixo, uma amostra de capa e de páginas internas dos mesmos:



Fonte: http://www.eja.org.br/cadernometodologico/acolectao/index.php?acao3_cod0=10ef05ac5e4ce6ed9886f788253a6258.

O caderno destinado ao(a) professor(a) é composto por um conjunto de sugestões de atividades de todas as áreas do conhecimento, os quais poderá usar para trabalhar com os textos dos cadernos dos(as) alunos(as). Para cada caderno de textos do(a) aluno(a), há um caderno de atividades do professor(a) correspondente.

No caderno do(a) professor(a), as atividades são separadas por áreas do conhecimento, sempre mantendo a relação com o tema proposto. Essas atividades são independentes, ou seja, uma não é pré-requisito para a outra e a indicação da área não impede que uma atividade seja aplicada por um(a) professor(a) de área diferente da indicada. Para uma maior efetividade

7. O USO DO MATERIAL DIDÁTICO EM SALA DE AULA

O princípio metodológico da coleção de material didático proposta pelo Ministério da Educação (MEC) é promover o diálogo na sala de aula, entre educandos(as) e educadores(as) e educandos(as) consigo mesmos(as). O estímulo ao diálogo em sala de aula, tendo o(a) professor(a) como mediador(a) faz com que o(a) educando(a) se sinta agente transformador(a) de sua realidade. Quando se tem conhecimento do que acontece em sua volta fica mais fácil de melhorar estas situações.

Caberá ao(a) educador(a) passar para seus(suas) educandos(as) um conhecimento aprofundado do material que estará utilizando com os(as) mesmos(as), ou seja, fazer a apresentação do material desde a capa, a qual possui vários elementos que podem ser trabalhados pedagogicamente de forma a preparar o ambiente para que o estudo seja feito de forma mais proveitosa possível, até a contracapa. Dentre esses elementos da capa, podem-se destacar, os três abaixo:

- **Os títulos** dos cadernos que indicam o tema principal que o caderno aborda. Esses títulos podem ser utilizados para debater com a turma o significado desses conceitos. Por exemplo, o que é cultura para os(as) alunos(as), o que entendem por meio ambiente, etc. No caso da alfabetização, alguns desses títulos podem ser usados como tema para estudo do sistema alfabético e ortográfico do Português.
- **As chamadas** destacam assuntos que serão abordados no caderno tal como acontece em uma revista. Essas chamadas podem ser objeto de debate com a turma para levantar se já leram ou ouviram falar sobre aqueles assuntos, o que já sabem sobre essas questões etc. Esse tipo de levantamento ajuda a mobilizar os conhecimentos prévios dos(as) educandos(as) e estimulá-los(las) a elaborar e explicitar hipóteses

sobre os textos que vão ser lidos, facilitando a compreensão dos significados expressos nesses textos.

- **As fotos** das capas são referentes ao tema do caderno. Por exemplo, no caderno sobre Mulher e Trabalho, a capa traz uma foto que retrata um grupo de trabalhadores, com destaque para duas mulheres e, ao fundo, dois homens que passam. Essas fotos foram cuidadosamente selecionadas para possibilitar uma leitura que já fosse uma primeira abordagem do tema do caderno. Nessa foto, por exemplo, podem ser destacados: a expressão do rosto dos(as) trabalhadores(as), as roupas e equipamentos de proteção, o cenário etc. Por meio desses elementos, os(as) alunos(as) podem ser desafiados(as) a inferir: quem são essas pessoas, onde trabalham, o que as mulheres estão pensando e sentindo, o que os homens estão pensando e sentido. A partir dessa foto já é possível propor a elaboração de um texto em que as pessoas fotografadas sejam transformadas em personagens de uma narrativa.

Antes de cada texto, há um sumário cuja função do(a) educador(a) é esclarecer, se necessário, para aqueles(as) alunos(as) que possuem pouca familiaridade com os materiais didáticos. Para os(as) educandos(as) que já passaram ou estão no processo de alfabetização, é importante que saibam que o sumário pode ser usado quando se procura por um texto específico para obter informações complementares sobre o mesmo. Como já mencionado, os textos a serem usados em sala de aula não necessariamente precisam seguir a uma seqüência. De acordo com a turma, o(a) professor(a) saberá qual será o melhor texto para ser usado durante a aula.

Em alguns casos, a foto é o próprio texto. Neste caso, o(a) docente poderá explorar a partir de questionamentos, como: “O que acha que esta imagem significa?”, “Há alguma semelhança entre você e a imagem mostrada?”

Essa forma de orientar o trabalho com o texto na sala de aula estimula os(as) alunos(as) a assumirem uma atitude crítica em relação ao texto, qualquer que seja o formato desse texto. No momento em que os(as) alunos(as) se mostram envolvidos em entender o que o(a) autor(a) quis comunicar e relacionam o texto com suas próprias idéias, vivências, com outros textos e falas, estabelecendo um rico diálogo interior com a produção escrita que têm em mãos, estão se formando para fazer a "leitura do mundo" (Paulo Freire) para além da leitura da palavra.

Para estimular os(as) alunos(as) a tornarem-se esses(as) leitores(as) críticos(as), o(a) professor(a) precisa estar assumindo a mesma atitude em relação ao material. Nesse caso, não apenas em relação aos textos de leitura dos(as) alunos(as), mas também em relação ao Caderno do Professor.

Durante uma das aulas observadas, a Professora R, fez o seu relato com relação à utilização do material didático distribuído nas escolas:

É sem dúvida, muito interessante. Um objeto de estudo com fotos ilustrativas, atividades propostas. Os alunos gostam. Mas nem sempre é possível utilizá-lo. Primeiro que não há um treinamento para tal, segundo porque às vezes a atividade proposta requer usos de equipamentos que não há na escola, como TV, vídeo, etc. Além do mais, o material sempre chega depois que as aulas já começaram e o plano de aula do professor já está todo pronto.

É objetivo do MEC que todos os materiais cheguem antes do início das aulas. De acordo com as informações obtidas através do site do Ministério da Educação, o material didático, assim como as atividades propostas pelo mesmo, devem estar de acordo com as necessidades do(a) educando(a) e do estabelecimento de ensino. Caso haja alguma divergência quanto a isso, é possível que o coordenador(a)/diretor(a) entre em contato com o MEC solicitando recursos, entre outros subsídios, para que as aulas possam ser realizadas da melhor maneira possível. Ainda, claro, há muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente no que se refere ao cumprimento de prazos. Sem dúvidas, está longe do ideal que o livro chegue antes das aulas já iniciadas. No entanto, ter o livro, mesmo que chegue com esse

atraso é um passo. Para que todo esse esforço não seja em vão, caberá ao(a) professor(a) remanejar seu plano de aula já elaborado para que o livro didático seja inserido durante as atividades feitas em classe.

Outro fator a considerar, é o reaproveitamento do material didático. Todos(as) os(as) estudantes e professores(as) recebem gratuitamente do Governo o seu próprio material didático, incluindo, pasta ou mochila, assim como cadernos, lápis, borracha, apontador, livros e recentemente, recebem material de higiene bucal, como pasta de dente, escova de dente e fita dental. Não há como não reconhecer um progresso nesses procedimentos. Sem dúvidas, material didático para alunos da rede pública de ensino deve ser gratuito assim como o ensino o é. O que deixa a desejar é que o livro didático, ao final do ano letivo deve ser devolvido, preferencialmente, da mesma forma que foi entregue. Com essa atitude “quebra” o encanto de personalizar os textos com notações e sinais pessoais como os rabiscos, sublinhar e até reescrever ou complementar um texto. Alguns(as) alunos(as) ficam tão preocupados(as) com o fato de devolver o livro intacto que se sentem inseguros em ter que escrever a lápis neste material para depois apagar:

Pois é, eu escrevo bem devagarzinho para não dar trabalho de apagar depois.
(Aluno 3)

Aos(as) alunos(as), quando perguntada sua opinião sobre o Livro Didático, demonstravam inquietação, já que poucas são as vezes que manipulam este material, o que é justificado pela Aluna 1:

De vez em quando a professora pega o livro e mostra para gente. Às vezes ela pega uns textos e faz a gente ler em voz alta, cada um lê um pouquinho, mas aí, ela vê que têm alguns que não sabem ler, então, pede para ler apenas aquele que lê um pouquinho melhor que o outro, aí, aqui na turma apenas dois ou três podem ler em voz alta, a gente só escuta e tenta acompanhar as palavras com os dedos.

A Professora R, demonstra animação para dinamizar suas aulas e faz uso de outros tipos de material além do Livro Didático. Muitas vezes, utiliza recortes de jornal, e cada parte

do recorte é a de preferência de cada aluno(a). Uns gostam mais da parte dos esportes (em maioria os homens) outros preferem os cadernos com promoções de mercado, lojas de artigo para o lar, móveis, etc. (em maioria as mulheres).

A resistência maior por parte dos(as) alunos(as) para a utilização do Livro Didático está voltada para alguns exercícios propostos que se reduzem a incentivar atividades de representação através de desenhos sobre a história lida.

Pensam que somos crianças, não vim pra cá para desenhar não. (ALUNO 2).

Um dos livros preferidos da turma da professora R é o de título “Eu e o mundo do trabalho e do conhecimento” (2º caderno, Escola Multimeios, Instituto Paulo Freire). Este livro faz uma relação entre o(a) aluno(a) e o mundo de trabalho e o conhecimento adquirido na vida cotidiana pessoal e a vida cotidiana do trabalho, relação entre pessoas, etc.

Em uma das aulas observadas, com a utilização do livro descrito acima, o texto a ser lido era de Paulo Freire:

Somos o que somos, e este ser é construído desde o momento em que respiramos pela primeira vez (para alguns, até antes) e, aos poucos, nos percebemos como pessoa. De cada ciclo da vida ficam as marcas, bagagem de cada um, que nos tornam únicos. Marcas às vezes inconscientes, às vezes claras, todas indelévels, influenciando o destino de cada um. (Paulo Freire)

Em cada lição, há “Aonde queremos chegar?”, referindo-se aos objetivos que o(a) professor(a) deve ter como base quando iniciar cada atividade em sala com os(as) alunos(as).

Os objetivos desta lição eram exatamente os representados abaixo:

- ▶ ler, refletir e escrever sobre a constituição da identidade;
- ▶ ter a consciência de que existem identidade pessoal e identidade coletiva e que esta última é constituída por manifestações culturais;
- ▶ efetuar cálculos envolvendo situações reais;
- ▶ preencher classificado pessoal.

A primeira pergunta que vinha logo após o texto de Paulo Freire era: “Você concorda com o texto? Diga se concorda ou não e diga o porquê”. Ao término da leitura e após a Professora fazer a pergunta pedindo a opinião dos(as) alunos(as), fez-se um silêncio na turma. Muitos pareciam refletir. O silêncio então chega ao fim, quando um aluno levanta a mão e pergunta: “Professora, o que que é *indelévelis*?”. A professora então pede para que possam procurar no dicionário. Após alguns longos minutos, um aluno acha o significado da palavra no dicionário “*que não se pode delir*”. Logo após, outro aluno diz “*o que que é delir, professora?* No que ela responde: “*vamos ver no dicionário!*”. Os(as) alunos(as) mostrando impaciência olham meio que contrariados uns(umas) para os outros(as) e voltam a procurar. Logo após um silêncio total, um aluno encontra a palavra e fala: “*delir, quer dizer: apagar-se, desvanecer-se, desfazer-se*”. A professora então conclui: “(...) então, Paulo Freire estava se referindo que nossas marcas, nossas culturas são coisas que não se podem apagar, jogar fora, destruir, pois está no interior de cada um, como uma cicatriz, um aprendizado nunca mais esquecido”.

É importante ressaltar que alguns(algumas) alunos(as), não alfabetizados(as), apenas folheavam o dicionário, mostrando-se perdidos(as) durante a atividade. A turma então começa a fazer a primeira atividade, respondendo a primeira pergunta. A professora é solicitada em todo momento, tira dúvidas, explica etc. Os(as) alunos(as) tentam fazer, outros(as) simulam que estão fazendo. Logo depois, partem para outro exercício. Desta vez, era preciso que o(a) aluno(a) tivesse conhecimento das manifestações culturais que vivenciam cotidianamente. Foi percebido que alguns(algumas) não tinham idéia do que seja uma “manifestação cultural”, o que também não é explicado pela professora. O livro ilustra essas atividades através de desenhos de uma partida de futebol, de uma figura feminina dançando frevo, o bumba-meu-boi e o casamento de matutos realizado nas festas juninas. Os(as) alunos(as), sem uma

introdução, passam de uma lição para outra, sem o incentivo ou comentário prévios da professora.

O debate deste exercício seria mais proveitoso se houvesse uma explicação prévia de como ocorrem as manifestações culturais mediadas pelas expressões orais, pelas danças, festas, pela religiosidade, pelo artesanato local, pelas canções oriundas dessas manifestações, pelos objetos, alimentos, adornos que complementam as indumentárias dos participantes, dos dançarinos, pela análise dos conceitos social local, político e seu significado nestas representações sociais. Sem uma introdução, as palavras e conseqüentemente a aprendizagem ficam soltas no ar, sem coerência, sem sentido e o ensino parece superficial, sem saberes, sem referências, sem riquezas.

Através das falas de alguns(algumas) alunos(as), percebeu-se que muitos(as) demonstravam não terem apreendido o “conteúdo da aula”. Muitos(as) faziam expressões de não entendimento, e falavam assuntos que não estavam vinculados ao tema, muito menos a citação de Paulo Freire.

Tal experiência comprovou que, infelizmente, não há ainda um preparo para que estas aulas sejam ministradas de acordo com os ensinamentos de Paulo Freire, com criticidade e coerência. Lamentável e contraditório que este episódio tenha acontecido justamente com um texto realizado por ele próprio. Ele que viveu em prol de um ensino comprometido com o desenvolvimento crítico e social dos(as) educandos(as).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhum povo é dono de seu destino se antes não é dono de sua cultura.
(Revolução Cubana, 1959)

Cultura é o conjunto de manifestações culturais, sociais, lingüísticas e comportamentais de um povo ou de uma civilização. Fazem parte da cultura de um povo, atividades e manifestações como a música, o teatro, os rituais religiosos, a língua falada e escrita, hábitos alimentares, danças, arquiteturas, pensamentos, formas de organização social, entre outros exemplos.

Cotidianamente, a vida moderna, impõe exigências educacionais. Para que se tenha acesso aos muitos benefícios que a sociedade impõe, é necessário que se saiba dominar os instrumentos da cultura letrada para saber lidar com os mesmos da melhor maneira possível, como: mover-se na grande cidade, usar um meio de transporte, usufruir do mercado de consumo, cumprir procedimentos burocráticos, utilizar os meios de lazer e cultura, entre tantos outros.

Para o(a) educador(a) de jovens e adultos, é necessário valorizar os conhecimentos que os(as) mesmos(as) trazem em sua bagagem diária de vida e educação. Respeitar sua cultura e torná-la importante durante o processo ensino-aprendizagem é essencial para o desenvolvimento pleno de seu(sua) educando(a).

Partindo deste ponto, de que o(a) educando(a) ao entrar na escola já possui uma “bagagem”, Paulo Freire defendia que estes homens e mulheres da classe de alfabetização deveriam ser reconhecidos como pessoas produtivas, providas de cultura. Desta perspectiva, Freire (1986) criticou o que denominou de “educação bancária”, a qual considerava o(a) cidadão(ã) desescolarizado(a) rejeitado e ignorante. Uma espécie de caixa vazia na qual o(a) educador(a) deveria encher de conhecimentos. No dizer de Freire (2002, p.67):

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres "vazios" a quem o mundo "encha" de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como "corpos conscientes" e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Tomando o(a) educando(a) como sujeito de sua aprendizagem, Freire propunha uma ação educativa a qual não negasse sua cultura, mas que fosse transformando-a através do diálogo. A consciência ingênua ou intransitiva a qual foi herança de uma sociedade fechada, agrária e oligárquica, deveria ser transformada em consciência crítica, necessária ao engajamento ativo no desenvolvimento político e econômico da nação.

É válido ressaltar que Freire, encontrava na conscientização a categoria fundamental para que fosse feita a reflexão sobre a prática pedagógica. Para tal, era preciso organizar. Organizar para transformar.

É a partir do (re)conhecimento do valor da experiência de vida de cada aluno(a) que se poderá ampliar a compreensão dos(as) mesmos(as) referente às aprendizagens escolares de modo crítico e original, sempre com a perspectiva de aumentar sua compreensão, seus meios de ação e a forma que têm de lidar com o mundo no qual fazem parte.

Para tal, o papel da escola, era de extrema importância. Caberia a mesma, saber intercalar e relacionar as experiências de vida cotidiana com vida acadêmica. Atividades que estivessem relacionadas com o mundo em que participam, assuntos políticos e sociais da atualidade, são necessários a formação plena dos(as) discentes, tanto quanto pessoas, como também cidadãos(ãs).

Por muitas vezes, alunos(as) se perguntaram o motivo pelo qual estavam aprendendo tal conteúdo em dada disciplina. Esse tipo de pergunta jamais poderia ficar sem uma resposta. Aprende-se alguma coisa para desfrutar desse conhecimento em algum momento. Quando se sabe que tal assunto será requerido, o desejo por aprendê-lo aumenta veementemente. Daí a

necessidade de que se tenha material didático adequado para a educação de jovens e adultos. Material que os farão sentir o desejo de se comprometerem com o “escolar”, comprometerem-se com o aprender, com o educar. Material que complemente sua vida, que faça sentido nos afazeres de cada dia. Esta era uma reivindicação proposta por Paulo Freire:

Por isto mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também (...), discutir com esses alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (Paulo Freire. Pedagogia da Autonomia. 1996.p.30)

De acordo com FREIRE, era essencial “aproveitar a experiência que têm os(as) educandos(as) de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes” (idem). A base desta metodologia de ensino baseia-se no respeito aos saberes dos(as) educandos(as). Não há uma fórmula básica para ensinar todos(as) de uma maneira única, esta metodologia é há muito participante de uma escola com métodos autoritários. Freire questiona tal atitude no seguinte fragmento: “Por que não estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (ibidem).

Além da extensão, a qualificação pedagógica de programas de educação de jovens e adultos é uma exigência de justiça social, para que a ampliação das oportunidades educacionais não se reduza a uma ilusão e a escolarização tardia de milhares de cidadãos não se configure como mais uma experiência de fracasso e exclusão.

A escola para este(a) aluno(a) deve caminhar para ser um ambiente acolhedor, aconchegante e protetor. Afinal, nada mais que merecido para esses alunos(as)-guerreiros(as) que fazem parte do grupo de alfabetização de adultos e jovens.

Valorizar essa bagagem é algo essencial para o bom desenvolvimento educativo desse alunado. Por isso, o uso de material didático adequado, isto é, de acordo com as perspectivas destes(as) alunos(as), é essencial para seu pleno desenvolvimento intelectual e cultural. Infantilizar este(a) educando(a), aproveitar o mesmo material didático usado na Educação Infantil, pode ser desmotivador e enfadonho para sua formação.

O material didático da Educação Infantil é pensado, planejado, equipado, elaborado para Educação Infantil. Reaproveitá-lo para a EJA é um erro irreparável, sendo um lemento que pode agravar a evasão existente nas turmas de Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

Um passo para o ensino baseado na vivência do(a) educando(a) está exposto por SOARES, através do fragmento a seguir:

A mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo "ensino" se restringe à mera instrução, o termo "educação" é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação. (SOARES, 2002, p. 12)

É confeccionado pelo MEC materiais voltados para a Educação de Jovens e Adultos. Caberá aos(as) educadores(as) da EJA utilizar tais materiais didáticos próprios para esta educação. O MEC através da publicação de material didático especializado para jovens e adultos, mostra que é possível elaborar aparatos com qualidade e com especificidades que possam resgatar e valorizar a história e a cultura de cada grupo de educandos jovens e adultos.

É interessante constatar que tais materiais precisam passar ainda por alguns ajustes no sentido de adaptação de alguns exercícios. O material do MEC contém, em alguns capítulos, textos ainda infantilizados. No entanto, não se pode deixar de valorizar que a fabricação de material didático para a EJA já é um passo.

O(a) educador(a) de jovens e adultos, com a qualificação e comprometimento devidos, poderá desempenhar um belo trabalho. Lembrando sempre que ele(a) deve ser constantemente

um(a) pesquisador(a) e agente permanente de reflexão sobre sua prática e, sobretudo ser exemplo como profissional, como indivíduo, como cidadão(ã). Sua formação e reflexão devem ser permanentes.

(...) se trabalho com jovens ou adultos, não menos atento devo estar com relação a que o meu trabalho possa significar como estímulo ou não à ruptura necessária com algo defeituosamente assentado e à espera de superação. (FREIRE, 1996. p.70).

Diante dos aspectos observados, verifica-se que melhorar o nível educacional de um país é um desafio grande e complexo, que exige esforços em todos os níveis. O ensino em qualquer segmento educacional deve sempre levar em consideração a referência cultural trazida pelos(as) educandos(as). Cada aluno(a) é um ser com culturas inerentes. Juntos com outros(as) educandos(as) e com outras pessoas formam uma diversidade cultural rica e abundante. Abundante de conhecimento, de experiências, de vida. O(a) professor(a) que souber trabalhar e utilizar estes recursos culturais em sala de aula ajudará na formação, não apenas de alunos e alunas alfabetizados(as), mas cidadãos e cidadãs engajados(as) socialmente e conseqüentemente empenhados na melhoria de qualidade de vida da nação no presente e com as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

BERNARD, Schneuwly & Joaquim Dolz e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2002 a.

BURKE, Peter (org.): **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992

CHARTIER, R. **História da leitura no mundo ocidental**. I, II. SP: Ática, 1998.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa**. 34ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 46ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KLEIMAN, A. B (Org.) – **Significados dos Letramentos** – Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, A. B. – **Alfabetização e formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. AS - Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

KLEIMAN, A.B. Matencio, M. L. – **Letramento e formação do professor, práticas discursivas, representações e construção do saber**. SP: Mercado de Letras, 2005

ORLANDI, E. **Análise do Discurso**. SP: Pontes, 1999.

PICOLI, Fabíola – **O ensino e a formação do Professor – Alfabetização de Jovens e Adultos**. RS: Artmed, 2000.

RIBEIRO, V. M et alli. **Educação para jovens e adultos – Ensino Fundamental – Proposta Curricular – 1º segmento**. 3ª edição. São Paulo/Brasília, 2001

RIBEIRO, V.M. (Org.) – **Letramento no Brasil: Reflexões a partir do INAF**. SP: Global, 2003.

SIGNORINI, Inês & DIAS, Rachel Maria – **O ensino e a formação do professor**. RS: Artmed, 2000.

SOARES, Magda – **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001/organização**. SP: Global, 2003.

TOLEDO, Maria Elena Roman de Oliveira – **Letramento no Brasil: Habilidades Matemáticas**. SP: Global, 2004.

VAL, M. G & BATISTA, A.A.G. **Livro de alfabetização e de Português**. MG: Autêntica, 2004

_____. Disponível em:
http://www.webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/modulo5/e1_assuntos_a1.html. On line.
Acesso em: 15de janeiro de 2008, às 10h56min h.

_____. Disponível em:
http://www.webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/modulo5/e1_assuntos_a1-4.html. On line.
Acesso em: 15de janeiro de 2008, às 15h24min h.

_____. Disponível em:
http://www.eja.org.br/cadernometodologico/colecao/index.php?acao3_cod0=10ef05ac5e4ce6ed9886f788253a6258. On line. Acesso em: 13 de fevereiro de 2008, às 22h32min h.

_____. Disponível em:
<http://www.mafalda.net/pt/index.php>. On line. Acesso em: 04 de fevereiro de 2008, às 08h45min h.

_____. Disponível em:
<http://hermes.ucs.br/cchc/dele/ucs-produtores/pages/resenhas/juliana.htm>. Acesso em: 13 de março de 2008, às 13h55minh.

_____. Disponível em:
http://www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss03_05.pdf. Acesso em: 25 de março de 2008, às 15h45minh.

_____. Disponível em:
http://www.suapesquisa.com/o_que_e/cultura.htm. Acesso em: 13 de abril de 2008, às 23h45min h.

_____. Disponível em:
<http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm>. Acesso em: 22 de abril de 2008, às 23h45min h.

_____. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Escrita#Origem_da_escrita. Acesso em: 10 de maio de 2008, às 18h45min h.

_____. Disponível em:
<http://www.cfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno73.pdf>. Acesso em; 15 de junho de 2008. às 19h40min h.

_____. Disponível em :
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em; 20 de junho de 2008, às 13h55min h.

_____. Disponível em:
http://www.redenoarsa.com.br/biblioteca/15se08_9022.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2008, às 18h54min h.

_____. Disponível em:
http://www.unb.br/ppgec/dissertacoes/proposicoes/proposicao_jairocarlos.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2008, às 19h20min h.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
 Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
 Escola de Educação – EE
 Departamento de Didática - DID

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Ana Gumulinda Cláudia Simões Kanashiro

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO:

Aplicações sobre a importância do material
didático na EJA

ORIENTADOR(A): Antônia ^{Marlene} Pincano

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Dayse Hora ^{Martius}

Nota: 10,0 (dez)

Considerações:

O trabalho traz à tona uma reflexão
muito bem feita sobre uma questão de grande
relevância para a Educação de jovens e adultos
que é o material didático e sua adequação.

DATA: Rio de Janeiro, 30/07/2008

Assinatura: Dayse Martius Hora

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: Antônia PinheiroNota: 9,5

Considerações:

A aluna Inca Simões Kancastiro demonstrou empenho ao tema escolhido, sendo possível perceber o comprometimento com a proposta técnica pesquisada.

Sua forma, o material adequado à ETA comina reflexões/limites que, frequentemente, passam despercebidos ou são banalizados, no processo educativo.

Quase dedicou-se a detalhar alguns limites apresentando adequada fundamentação técnica. Os capítulos elaborados revelam estruturas pertinentes e próprias, apresentam conteúdo relevante, e excertos colhidos de observações em sala de ETA.

As ideias alinhavadas no trabalho, apesar de algumas expressões linguísticas repetitivas, seguem os requisitos de um estudo científico.

Data: 28/07/2008Assinatura: Antônia Pinheiro

TERCEIRO AVALIADOR

Professor de Monografia II: Janaina S.S. Menezes

Nota: _____

Considerações:

O trabalho da aluna atende às exigências de um texto acadêmico especialmente no que tange às normas técnicas expressas pela ABNT

Data: _____

Assinatura: Janaina

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média final
10,0	9,5	9,5	9,6